

vo; tendo porém descendencia, não podem vincular mais que a terça de seus bens.

Art. 27.º É igualmente permitido aos pares do reino, administradores de vinculos, annexar-lhes quaisquer bens, com a restrição do artigo 26.º.

Art. 28.º É permitido a qualquer parente ou estranho, que dispor dos seus bens por qualquer título a favor de algum par do reino, dar-lhes a natureza vincular, ou annexa-los ao vinculo, de que o mesmo par for administrador ou immediato successor.

Art. 29.º Nos vinculos da casa de Bragança seguir-se-ha a mesma ordem de successão até aqui estabelecida.

Art. 30.º É extensivo aos vinculos da casa de Bragança, na parte applicavel, tudo o que fica estatuido neste título.

TITULO V DO REGISTRO

Art. 31.º Todos os vinculos serão registrados num livro especial, em cada concelho, onde forem sitios alguns dos bens vinculados.

Art. 32.º No concelho onde se considerar a parte principal do vinculo se fará o registro total. Nos concelhos onde forem sitios alguns bens pertencentes ao mesmo vinculo se fará o registro parcial d'esses bens, com referencia, e por delegação do concelho, onde se fez o registro principal.

Art. 33.º São comprehendidos neste registro, precedendo citação e audiência dos interessados, e sentença no caso de opposição no contencioso, os seguintes artigos:

1.º Os títulos de instituição, ou as sentenças, que os derem por supridos.

2.º Os títulos de annexação, desannexação e subrogação.

3.º A descrição dos objectos vinculados, com as confrontações, sendo bens de raiz, e com os valores e encargos respectivos.

Art. 34.º Este registro será feito dentro em seis mezes da promulgação da presente lei, e será renovado em quanto a descrição e valores dos objectos, pela morte de cada administrador, dentro dos mesmos seis mezes.

§ unico. Havendo opposição no contencioso, só começa a correr este prazo depois da sentença.

Art. 35.º As annexações e subrogações serão registradas dentro de sessenta dias depois de feitas; nem podem sem isso ter effeito.

Art. 36.º Nenhum vinculo pôde ser considerado tal sem o competente registro.

Art. 37.º A certidão do respectivo registro fica sendo a unica prova legal da natureza vincular de quaesquer bens, com exclusão de toda a outra.

Art. 38.º Somente as annexações e as novas instituições ficarão sujeitas a um direito de registro.

Art. 39.º O governo determinará por um decreto a forma e emolumentos do registro.

TITULO VI DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 40.º Pela morte de qualquer administrador só podem continuar a considerar-se vinculados os bens que não excederem metade da herança. O excessos passa livre e alodial para os herdeiros.

§ unico. Os successores no vinculo podem porém a todo o tempo annexar-lhe bens equivalentes aos que por aquelle motivo foram desvinculados, sem outra formalidade mais que uma escriptura de annexação, e o competente registro.

Art. 41.º A disposição do artigo antecedente não prejudica os immediatos successores, que por qualquer título forem *sui juris*, ao tempo da promulgação da presente lei.

Art. 42.º São inhabéis para succeder nos vinculos, passando a administração para o successor immediato, alem das pessoas inhabilitadas pelas leis em vigor, as seguintes:

1.º Os desasados, os prodigos, julgados por sentença, antes de haverem casado.

2.º Os varões que não tiverem aos vinte e cinco annos um curso completo de estudos em alguma academia ou lyceu do reino; e as fêmeas que casarem com individuo que chegado aquella idade não tenha iguaes habilitações litterarias.

Art. 43.º Os encargos pios ficam reduzidos a um centesimo do rendimento dos bens vinculados, com applicação para qualquer estabelecimento de beneficencia publica, á designação do governo, que regulará esta materia por um decreto especial.

Art. 44.º A posse de quaesquer bens como vinculados, não perturbada judicialmente durante trinta annos até á promulgação da presente lei, em um ou mais administradores, dá direito ao registro.

Art. 45.º As benfiteiras feitas em bens vinculados só entram em partilha, no caso que o seu valor exceda a renda liquida da totalidade do vinculo durante cinco annos em cada cinquentas, e somente por esse excessos.

Art. 46.º Fica revogada a legislação em contrario. Lisboa, 16 de maio de 1860.—Visconde de Gouveia.

Projecto de lei sobre vinculos, apresentado pelo digno par do reino marquez de Niza.

Artigo 1.º Os administradores de vinculos cujo rendimento for superior ao minimo fixado pela lei vigente, são obrigados a, no prazo de um anno, depositarem na administração do concelho em que residirem o tombo dos ditos vinculos, e uma copia legal da sua instituição ou certidão de terem sido considerados e descriptos como taes em tres inventarios consecutivos.

Art. 2.º Todos os bens ora possuidos como vinculados, a respeito dos quaes não se verificarem as condições impostas no artigo 1.º, ficarão reputados livres e alodiaes, na mão dos actuaes possuidores, desde que finde o prazo marcado no mesmo artigo.

Art. 3.º Quando o immediato successor for casado, ou por qualquer outra forma *sui juris*, poderá, não o tendo feito o administrador do vinculo no prazo marcado no artigo 1.º, preencher as formalidades indicadas no mesmo artigo; para o que, terá um prazo tambem de um anno, devendo preceder a citação ao administrador do vinculo e declaração perante a autoridade administrativa, sendo uma e outra, feitas dentro de trinta dias depois de expirado o prazo indicado no artigo 1.º, sem o que ficará inhibido de gosar do beneficio concedido por esta disposição.

Art. 4.º Quando haja viúvos que estejam gosando de decima vinda, apanhados, arras, alfinetes ou alimentos, os bens até agora reputados vinculados e que pelos effeitos da presente lei fiquem considerados como livres, serão hypotheca especial, no todo ou em tanta parte quanto basta, para garantir estes pagamentos, tendo só logar esta disposição quando a parte que conservar a natureza vincular não chegue para o cumprimento d'este encargo.

§ unico. O mesmo se observará a respeito dos irmãos, tios, ou de outros quaesquer parentes, que em virtude das leis vigentes estejam recebendo ou tenham direito a receber pensões dos actuaes administradores de vinculos.

Art. 5.º As mulheres dos actuaes administradores de vinculos, terão unicamente direito ao que tiver sido pactuado pelo seu contrato antinupcial, sendo esculidas da meação nos bens que ficarem considerados livres pelo effeito da presente lei, devendo-lhes, os seus direitos, serem garantidos pela forma indicada no artigo 4.º e seu § unico.

§ unico. Se lhe tiver sido fixado o direito á decima vinda, esta será regulada pelo rendimento do vinculo, na epocha do casamento.

Art. 6.º Se os bens até agora reputados vinculados, e que pelo disposto no artigo 2.º fiquem livres e alodiaes, estiverem sujeitos designadamente a provisões regias em que se marque a forma de pagamento, ficarão unicamente obrigados a essa forma de pagamento do capital e juros vencidos, quando os haja por effectiva estipulação, cessando esses juros desde a publicação da presente lei.

§ 1.º Quando as provisões regias não marcarem a forma de pagamento, ao credor assistirá unicamente o direito de haver seu pagamento pelos rendimentos e por prestações annuaes, que nunca excederão a 10 por cento da importância total da divida, capital e juros vencidos, cessando da mesma forma os juros vencidos.

§ 2.º As disposições d'este artigo e seu § 1.º, poderão alterar-se por accordo entre as partes.

Art. 7.º Quando os actuaes administradores de vinculos forem pares do reino, se não puderem provar a vinculação em uma parte de seus bens, ao menos igual á dotação exigida pela lei de successão no pariatto, deverão completa-la, ou mesmo creá-la inteiramente em inscripções da junta do credito publico, sem o que não poderão alienar nenhum dos bens até agora reputados vinculados, devendo designar no averbamento das inscripções que ficam fazendo parte da dotação exigível.

§ unico. Esta disposição cessa, não havendo successor ao pariatto.

Art. 8.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala das sessões da camara dos dignos pares, em 16 de maio de 1860.—O par do reino, Marquês de Niza.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 18 DE MAIO

PRESIDENCIA DO EX. SR. BARTHOLOMEU DOS MARTIRES

À meia hora da tarde verifica-se, pela chamada, estarem presentes 80 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Manda-se lancar na acta a seguinte declaração:

Do sr. Pinto Tavares de que por falta de saúde não compareceu ás sessões de 15 e 16.—Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio da guerra, acompanhando o autographo do decreto das cortes geracs de 8 do corrente, já sancionado por Sua Magestade, em que é approvada a pensão á ex.ª duquesa da Terceira.—Para o archivo.

2.º Do mesmo ministerio, devolvendo com as informações que lhe foram pedidas, os tres requerimentos dos ajudantes de ordens dos governadores das praças de Abrantes, Peniche e torre de S. João, em que pedem a revogação do decreto de 12 de novembro de 1851.—A commissão de guerra.

O sr. Eleuterio Dias:—pediu a palavra para rogar á commissão de instrução publica, se dignasse apresentar pareceres sobre requerimentos de particulares que lhe estão affectos.

Aproveita a occasião para novamente pedir ao sr. presidente, que tenha a bondade de officiar outra vez ao sr. ministro do reino, a fim de remetter á camara a conta da receita e despeza dos theatros de S. Carlos, e D. Maria 2.ª

É a quarta vez que falla neste objecto, e tendo visto no *Diario* o annuncio para o concurso da futura empresa, não sabe como a camara ha de votar os subsidios para esses theatros, sem saber qual a sua receita e despeza, principalmente do de S. Carlos.

O sr. Thomás de Carvalho:—por parte da commissão de instrução publica, declara que hontem se reuniu a commissão e decidiu todos os quasi todos os negocios particulares que lhe estão affectos.

O sr. Ferrer:—manda para a mesa uma representação assignada por mais de mil cidadãos do districto de Coimbra, contra as medidas financeiras apresentadas pelo sr. ministro da fazenda. Vem assignados nesta representação muitos professores da universidade, muitos doutores, muitos homens de letras, e os principaes contribuintes d'aquelle concelho.

O sr. Silva Cabral:—manda igualmente para a mesa uma representação dos principaes habitantes do concelho de Fornos de Algodres, com quatrocentas quarenta e oito assignaturas, pedindo que não sejam approvadas as medidas financeiras apresentadas pelo sr. ministro da fazenda. Tambem apresenta outra representação, em continuação ás quatro que já teve a honra de mandar para a mesa, dos habitantes do concelho de Torres Vedras. Esta representação vem assignada por setenta e um cidadãos, que juntos aos das outras fazem duzentas trinta e seis, e pedem que não sejam approvadas as medidas financeiras apresentadas pelo governo.

Continuando diz, que na sessão de 13 de março mandou para a mesa uma representação dos habitantes do baixo Alentejo, e especialmente do Odinar, pedindo que se melhora a barra de Villa Nova de Milfontes: esta representação foi remetida á commissão de obras publicas, e na sessão de 23 do mesmo mez, perguntando á commissão pelo andamento d'este negocio, foi lhe dito por parte da mesma, que não appareciam as papeis relativos a este negocio. Se por ventura ainda não appareceram, tem de mandar para a mesa um requerimento, a fim de que o governo requirido do engenheiro, ou engenheiros que fizeram os estudos para essas obras, copia d'esses trabalhos, para que, sendo presentes á commissão, cujos bens desejos foram já manifestados, apresente o seu parecer, a fim de que este negocio tenha o devido andamento.

O sr. Presidente:—da parte da mesa têm-se empregado todos os meios para se saber aonde param esses trabalhos; mas todas as suas diligencias têm sido infructuosas.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—rectificava ainda o que disse na sessão de 23 de março, relativamente a este negocio.

O sr. Silva Cabral:—n'este caso manda para a mesa o seu requerimento, e pede se lhe dê o devido destino.

O sr. Monteiro Castello Branco:—pede ao sr. presidente, que queira convidar o sr. ministro das obras publicas a declarar se está habilitado para responder amanhã á interpeção que annunciou, sobre os trabalhos da estrada entre Coimbra e o Ceira.

É urgente que esta interpeção se verifique, mesmo porque está annunciada desde fevereiro ultimo.

O sr. Presidente:—pode assegurar ao illustre deputado, que esta interpeção será das primeiras a verificar-se.

O sr. Monteiro Castello Branco:—insta para que effectivamente se verifique amanhã, desejando que o sr. ministro declare se está habilitado para responder.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—está habilitado para responder, e amanhã trará os papeis relativos a este negocio.

O sr. Affonseca:—manda para a mesa uma proposta, que fica para segunda leitura.

O sr. Antonio Feio:—manda para a mesa duas representações, uma com quatorze assignaturas das religiosas que vivem no convento do Bom Jesus, de Vianna do Alentejo; e outra com vinte e quatro assignaturas, sendo cento vinte e quatro das senhoras que vivem nos conventos do Paraíso, de Santa Clara, de Santa Monica, de S. José, de S. Bento e do Salvador, da cidade de Évora, que

unindo as suas supplicas ás que já fizeram os habitantes de Braga, pedem que não sejam obrigadas a desamortizar os bens de raiz dos seus conventos, que possuem por títulos tão bons e legaes como os particulares; e que antes, revogados os decretos que o prohibiram, sejam admittidas novas profissões, e com ellas se renovem esses estabelecimentos que o evangelho louva e approva, e que a experiencia de muitos seculos tem demonstrado serem uteis á religião e á sociedade.

Nota que mandava para a mesa aquellas representações não só por serem conformes á sua opinião e modo de pensar, e porque (como já dissera) das duzentas e oitenta e quatro assignaturas, cento trinta e oito são feitas por a debil e inoffensiva mão das virtuosas senhoras que vivem no convento do Bom Jesus de Vianna do Alentejo, e nos conventos de Évora, e das innocentes meninas, a quem o terrivel flagello da febre amarella fez orphãs, e a quem aquellas senhoras, com a caridade que as caracteriza, dão o alimento physico e moral, e por isso não podiam deixar de encontrar n'elle todo o apoio que as suas muito minguadas forças lhe poderiam dar, mas ainda porque aquellas representações lhe foram entregues por um varão a quem presta todo o acatamento e respeito, assim por a sua elevada posição social, como por o seu muito saber e solida virtude.

Diz que podia agora mostrar como estes estabelecimentos são os unicos que temos para a educação de meninas, e que n'elles se exercem todas as virtudes evangelicas, e em grande escala, a caridade, e por isso se tornam muito recommendaveis e dignos que se renovem, admitindo novas profissões; mas reservando-se para quando isso se tratar, conclue pedindo á camara que não confundisse aquella representação com as chamadas representações contra as medidas financeiras, porque estas não era elle o competente para as apresentar, não só porque queria caminhos de ferro, estradas a macadam e todos os outros melhoramentos de que tanto precisamos, e por isso não podia deixar de dar ao governo os meios de que precisa, para realizar tão reclamados melhoramentos; como porque depositava no actual ministerio a mais ampla e illimitada confiança, assim por o desenvolvimento que tem dado aos melhoramentos do paiz, como porque espera que os ex.ªs não desistirão de os continuar em grande escala, como elle muito deseja.

O sr. Palma:—manda para a mesa diversos pareceres da commissão de obras publicas; e pede por parte da commissão, que á mesma seja addido o sr. Pedro Roberto Dias da Silva.

Resolve-se affirmativamente.

O sr. Justino de Freitas:—manda para a mesa a representação da camara municipal de Coimbra, que pede se lhe conceda uma parte do terreno da cerca do extincto convento do Carmo da mesma cidade, para ser destinado a uma parte da rua que a mesma camara projecta fazer parallelá á rua da Sophia, e com communicação pela azinhaga do Carmo para o cemiterio da Conchada.

A veneravel ordem terceira já pediu esta mesma cerca para a conjuntar ao edificio que hoje serve de hospital; mas entende que as reclamações d'estas duas corporações se podem reconciliar, cedendo a parte do terreno para a rua, e o restante á ordem terceira; e para este fim pede ao sr. presidente se sirva dar o destino conveniente á representação da camara, para ser attendida convenientemente.

O sr. Faustino da Gama:—manda para a mesa duas representações contra as medidas financeiras ultimamente apresentadas pelo sr. ministro da fazenda; uma da villa de Pombal e seu concelho, numerosamente assignada, e por muitos dos mais abastados proprietarios d'aquella villa e concelho, em que se comprehendem o presidente da camara e mais camaráes; etc.; e outra com mais oitenta assignaturas de contribuintes de algumas das freguezias rurais do concelho de Leiria, que adherem á representação que ha pouco apresentou de trezentos e vinte e um cidadãos contribuintes da cidade de Leiria e seu concelho. Aproveitando a occasião para responder ao sr. deputado e seu amigo, que acaba de dizer que a representação que mandara para a mesa não era contra as medidas financeiras, porque queria estradas e caminhos de ferro, dirá que antes do sr. deputado ouvir falar em caminhos de ferro, já elle, orador, os conhecia praticamente e conhecia o seu valor e importancia; e apresentando reclamações contra as medidas financeiras ultimamente apresentadas, tinha a convicção, tão geral fôr d'esta casa, de que essas medidas poderiam privar-nos d'elles, mas nunca promove-los; pelo que muito se honrava em receber taes reclamações para apresentar n'esta casa de qualquer parte do paiz que ellas viessem, e que tanto elle, orador, como os signatarios das que tem mandado para a mesa em diferentes occasiões, querem estradas e caminhos de ferro feitos por uma administração que não dê o triste expectaculo do distrahir na maxima parte, para despezas, algumas bem improductivas, o que se destina aos desejos de todos, isto é, estradas e caminhos de ferro.

O sr. Alves Martins:—manda para a mesa uma representação dos habitantes de Fafe, contra as medidas do governo. Esta representação é assignada por quatrocentos sessenta e oito cidadãos, e as assignaturas não são de cruz e vem todas reconhecidas. Não traz mais assignaturas porque o administrador e o regedor as prohibem, de maneira que se está agora praticando a este respeito nas provincias o mesmo que se verificou quando se tratou da eleição dos deputados. Manda-a para a mesa, e não pede que se publique no *Diario* porque a camara resolveu o contrario; e entende que não resolveu bem.

Como tem a fortuna de ver presentes dois dos srs. ministros, pergunta ao sr. ministro da justiça se já recebeu um officio da mesa, communicando a s. ex.ª que deseja chamar a sua attenção sobre a administração de justiça na comarca de Ceia, que está entregue a um juiz substituto.

Tambem deseja que o sr. ministro das obras publicas declare quando tencionava apresentar a proposta que prometteu sobre a legislação vinicola, porque na verdade este negocio é da maior urgencia. O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—não tem apresentado a proposta para a abolição da legislação restrictiva dos vinhos do Douro, porque deseja apresentar algumas propostas relativas ao mesmo assumpto, que sejam vantajosas para a agricultura d'aquella provincia. Persuade-se que aquella commercio lucrará muito com a abolição da legislação restrictiva, mas de futuro, e para que o interesse seja immediato para a localidade, não deseja apresentar esta reforma sem outras medidas, o que talvez possa ter logar na proxima semana.

O sr. Ministro da justiça (Martens Ferrão):—ha muito tempo que está transferido um juiz proprietario para Ceia, o que já foi publicado no *Diario de Lisboa*; julga mesmo que este juiz já estará exercendo o seu logar, porque todos elles têm tempo marcado para tomar posse.

O sr. Coelho do Amaral:—chama de novo a attenção do sr. ministro das obras publicas sobre a necessidade de proceder aos estudos para a factura do ramal da estrada de Foz Dão ao Porto da Raiva; sabe que o sr. ministro tem recommendado aos seus engenheiros o estudo d'este ramal, mas o que ignora é a razão porque os engenheiros não têm cumprido com as ordens de s. ex.ª

Manda para a mesa uma representação do corpo

commercial de Vizeu, pedindo a abolição da taxa das licenças. Julga que esta representação deve ser dirigida á commissão de fazenda, a quem desde já pede a tome na consideração que realmente merece pelas razões e argumentos convincentes que apresenta.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—manda para a mesa, para ser consultada por quem tiver curiosidade, a relação authentica dos quarenta maiores contribuintes do concelho de Leiria.

Conferido esta relação com as assignaturas d'esta representação que ha dias aqui foi apresentada, como a expressão do pensar dos habitantes de Leiria, vê-se quanto elle, orador, fallava a verdade quando disse que a grande maioria dos principaes proprietarios não figurava na representação.

Lê a camara o trecho de uma carta que lhe escreve um dos maiores contribuintes.

E depois continua. Ahi tem a camara como pensa, pelo menos, a maior parte de Leiria, que não assignou a representação. E já a camara sabe que essa parte é a maioria.

Está convencido que submettidas ás mesmas provas muitas das representações que aqui têm vindo, chegaríamos ao mesmo resultado. Não reputa ocioso este trabalho, porque pretendendo algum inculcar-nos como traidores á confiança dos nossos constituintes, pretendendo um partido arvorar-se como o genuino interprete da maioria da nação, devemos a nós mesmos e ao paiz o desmascarar esta impostura, e mostrar bem claramente que as representações não passam de ser a expressão da opinião de uma minoria, que está sem duvida no seu direito de manifestar o seu modo de ver, mas não no de apresentar-se como orgão da opinião universal.

O sr. Mello Soares:—manda para a mesa a seguinte moção:

«Propoño que os pedidos da palavra para antes da ordem do dia sejam substituidos por inscripção feita por letra do que pretender fallar, em caderão, que deve estar patente sobre a mesa, preferindo no mesmo dia a ordem da inscripção, e nos seguintes a chronologica para o uso da palavra, que perderá aquelle que não estiver na sala, quando chamado a usar d'ella.»

Pede a urgencia, que sendo approvada entra em discussão, e é em seguida approvada a dita proposta.

O sr. Presidente:—está visto que os senhores que já estão inscriptos hão de ir tendo a palavra por sua ordem, e só depois de extincta essa inscripção é que ha de seguir a que desde hoje tem logar pela proposta que acaba de ser approvada.

Amanhã será posto sobre a mesa um caderão para os srs. deputados que quizerem usar da palavra antes da ordem do dia inscreverem o seu nome.

O sr. Barros:—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Vizeu, para não ser graduada terra de segunda classe na tabella dos impostos industriaes. Transluzem n'esta representação argumentos de tanta lucidez, verdade e concidencia, que seria ocioso acrescentar-lhe mais para ser attendida, como é de indefectivel justiça, pela illustre commissão de fazenda, a cujo exame vai ser submettida. Tambem foi encarregado pelo mesmo municipalidade de pôr nas mãos do governo de Sua Magestade outra representação para a abertura do longo de estrada de Vizeu a Mangualde, e tendo tanto as camaras municipaes de Vizeu e Mangualde, como outras do districto representado por varias vezes a esta camara e ao governo, sobre a urgente necessidade da construção d'esta obra, havendo decorrido bastante tempo sem que ao menos se tenha feito o traçado d'aquella via de communicação, manda tambem para a mesa uma nota ou proposta, assignada por mais alguns srs. deputados, que representam os circulos da Beira central, para se recomendar ao governo haja de tomar na devida consideração aquellas representações, mandando proceder aos trabalhos para a feitura d'aquella longo de estrada, como urgem os interesses commerciaes e agricolas do districto, pois que a villa de Mangualde tem feiras mensaes as melhores da provincia, e é o principal mercado dos lanifícios das fabricas da Covilhã, Gouveia e Serra da Estrella, aonde se vão fornecer d'esses productos, e de outros muitos generos os mercados e povos da provincia, sendo allem d'isso centro activo de movimento, e relações commerciaes entre Vizeu, Covilhã, e mais terras da Serra da Estrella, por intermedio do seu concorrido mercado mensal, e ligando a estrada que vem de Coimbra a Vizeu com a que ahi segue para a Guarda.

O sr. Mello e Minas:—manda para a mesa uma representação de alguns professores de instrução primaria dos concelhos de Castello Branco, S. Vicente da Beira, Fundão, Villa Velha de Rodão, Oleiros, Proença a Nova, Certã e Villa de Rei, todos no districto administrativo de Castello Branco, em que pedem lhes seja augmentado o seu pequeno ordenado, porque elle não é sufficiente para a sua sustentação.

O sr. Mendes de Vasconcellos:—manda para a mesa dois requerimentos de dois facultativos militares: um do cirurgião-mór do segundo batalhão de veteranos em Elvas; o outro do cirurgião-mór de brigada reformado em villa Boim.

Amboz elles veteranos da guerra da Peninsula, cheios de serviços ao paiz, e no ultimo quartel da vida, recorrem a esta camara a bem da sua justiça.

O sr. Carrilhol:—manda para a mesa um parecer da commissão de obras publicas.

O sr. Luiz Albano:—apresenta um parecer da commissão de instrução publica.

O sr. Palmeirim:—manda um parecer da commissão de fazenda.

Lê-se a ultima redacção do projecto n.º 21, que é approvada.

São lidos na mesa e approvados os pareceres da commissão de petições, que concluem por serem remetidos ao governo para o tomar na consideração que merecerem, os seguintes requerimentos pedindo pensões:

De D. Maria da Luz Ferreira Barroso.
D. Maria José de Freitas.
D. Maria Benedicta Bernardes de Sousa Gorjão.
Justino Francisco do Mello Brandão.
José Pereira de Gouveia e mulher.
D. Maria da Luz Oliveira.
Condessa das Antas.
D. Maria José da Cunha Mascarenhas.
D. Henriqueta Adelaide Ferreira.
D. Escholastica Rosa Xavier Marreiros.
Pedro de Sousa Canavarro (pede a subvencia da pensão que tem para sua mulher e na falta d'esta para sua filha).

É tambem approvado um parecer da commissão de fazenda, sobre os requerimentos do sr. Gomes de Castro, para que sejam votados fundos para uma estrada que ligue Espozende com Barcellos, e bem assim para um ramal que partindo de Fão, deve entrar no sitio das Necessidades, na estrada que vae de Barcellos á Povoa de Varzim.

A commissão é de parecer que sejam remetidos ao governo para o tomar em consideração.

Igualmente é approvado o parecer da commissão de fazenda, sobre a representação da commissão promotora do estabelecimento de asylos de infancia desvalida, pedindo o extincto convento do Carmo da cidade de Guimarães, para n'elle estabelecer um asylo.

A commissão é de parecer que seja remetida ao governo para resolver este negocio de accordo com o ministerio da guerra, á disposição do qual está hoje o edificio.

O sr. Plácido de Abreu:—ouve ler alguns pareceres sobre pedidos de pensões, e por esta occasião precisa de fazer algumas observações em presença dos srs. ministros, com o fim de chamar a attenção do governo e da camara sobre este assumpto que é de gravidade.

Já em outras occasiões tem feito diferentes reclamações ao governo, a fim de apresentar uma proposta de pensões que regule definitivamente este negocio, e a sua intenção é tirar o arbitrio aos srs. ministros n'este ponto, e tambem uma grande responsabilidade, porque na falta de lei, hão de ver-se sujeitos a mil solicitações, deixando muitas vezes de fazer, ou entendendo-se que não fazem a justiça que merecem os requerentes.

Em regra os requerentes que vêem á camara pedir justiça, é porque não a poderam obter do governo, e dizendo-lhes a camara que não lhe compete decretar pensões, mas sim ao governo, não lhe parece justa esta decisão, porque a camara deixa de attender a pretensões a que o governo já deixou de attender.

Não tendo o governo regra alguma fixa para a concessão de pensões, ha queiximes de que muitas vezes são attendidas pretensões menos justas de que outras que são preteridas, e que só se faz justiça a quem tem protecção. Para acabar com estes queixumes seria conveniente que o governo apresentasse ao corpo legislativo uma proposta sobre pensões, em que se determinassem as pensões que o estado podia dar e os casos em que as devia dar. O sr. Avila quando foi ministro apresentou uma proposta ao corpo legislativo sobre pensões, satisfizesse a esse preceito constitucional, e fosse boia ou má essa proposta, foi apresentada, podia servir de base a uma lei sobre o assumpto; mas o governo actual não fez cousa alguma sobre a materia, e deseja que elle declare se effectivamente está resolvido a apresentar alguma proposta de lei a este respeito, mesmo para acabar com o quadro lastimoso que se observa, de muitas viúvas e filhas de homens que prestaram relevantes serviços á liberdade, andarem arrastadas pelas secretarias e pelas cortes, reclamando que se lhes faça justiça.

O sr. Presidente:—Antes de se passar á outra parte da ordem do dia que é o projecto n.º 41, vae-se dar conta de um requerimento que foi remetido á mesa e do qual a camara deve tomar conhecimento.

E o seguinte:

Senhores deputados da nação portugueza.—José Izidoro Guedes e o visconde de Orta, concorreram ao concurso de estradas, de que trata o decreto de 13 de setembro de 1859.

No entender dos supplicantes o prazo d'esse concurso acabava no dia 27 de outubro, e não obstante terem feito o deposito e o seu requerimento, feito e reconhecido no dia 26, este só deu entrada na secretaria no dia 27.

O governo de Sua Magestade resolveu não admitir os supplicantes, entendendo que o prazo tinha acabado no dia 26.

Contra esta resolução representaram os supplicantes ao governo de Sua Magestade, nos termos do requerimento de 3 de novembro.

Os concorrentes foram quatro: os supplicantes e o sr. J. V. Dik não foram admittidos; ficaram portanto o concessionario provisório, e o sr. Vitali, habilitados a concorrerem á licitação; mas tendo este ultimo concorrente desistido mais tarde do concurso, ficou a praça sem concorrentes, e portanto os supplicantes inhabilitados de concorrerem no acto da praça publica a fazerem a sua offerta.

Nestes termos, e antes que o governo de Sua Magestade tomasse uma resolução final sobre a reclamação dos supplicantes feita em 3 de novembro, offereceram os supplicantes sustentar o contrato em licitação publica, com o abatimento de 200,000 réis em cada kilometro, como principio de licitação, pelo requerimento de 28 de novembro.

Mas nem ainda assim o governo de Sua Magestade julgou dever deferir aos supplicantes, e adjudicou o contrato, sem licitação ao concessionario provisório, por termo lavrado em 1 de dezembro de 1859.

Nestes termos os supplicantes recorreram para o conselho d'estado, não contra a publicação e disposições do decreto, nem o uso que o governo de Sua Magestade podesse fazer das autorisações do mesmo decreto; mas só e unicamente contra a intelligencia dada ao artigo n.º 1.º estabelecido para contar o prazo do concurso, o que produziu a exclusão dos supplicantes.

O recurso está pendente no conselho d'estado, e os supplicantes julgam do seu dever levar isto ao conhecimento da camara dos eleitos do povo, no momento em que parece ella se quer occupar d'este assumpto, ratificando como é da sua dignidade e do seu dever a offerta que fizeram em 28 de novembro, de sustentar em praça publica uma redução de 200,000 réis em cada kilometro, como principio de licitação, no caso de se mandar voltar o contrato á praça.

Podem á camara dos srs. deputados se digne resolver o que julgar mais justo. E R. M.ª

Lisboa, 16 de maio de 1860.—José Izidoro Guedes—Visconde de Orta.

O

historia de taes contratos entre nós; mas o sr. visconde da Luz conhece esta historia, tem assistido a tudo, tem seguido passo a passo os trabalhos das empresas que temos tido; e s. ex.ª, como muita gente, sabe o que tem occorrido, e o que temos lucrado com taes empresas, por causa de certas condições existentes nos respectivos contratos; todos sabem que em certa epocha se liquidaram 1.000.000 réis para indemnizar uma certa companhia, que apenas nos fez oito leguas de estrada, quantia esta que chegaria para fazer uns poucos de kilometros de caminhos de ferro.

Quanto ao artigo 6.º do contrato acha conveniente que se dispoza de uma empreza fica obrigada a desmanchar as obras que fizer afastada dos projectos approvados pelo governo; mas deve declarar que não cre que tal disposição seja executada, ha de acontecer o mesmo que tem acontecido em relação a outras empresas onde se estabeleceu a mesma condição e entretanto não se executou, e cita a obra da estrada de Braga, que apesar de ser feita contra as condições do contrato, contra a vontade do fiscal do governo, e contra os projectos approvados pelo governo, e este ter dado ordem para que fosse desmanchada a estrada feita afastada inteiramente dos projectos approvados pelo governo, a final a obra ficou como estava feita, liquidou-se a conta e o governo pagou a empreza. É muito bom que esta condição 6.ª venha nos contratos, mas quando se trata de a executar tem muitas difficuldades e não se cumpre.

Quanto ao artigo 11.º, vê que é permitido a empreza a entrada livre de direitos dos materiais necessários para a construção das obras. Cre que a empreza não quer introduzir pedra e terra que temos cá com abundancia para estas obras. Mas este artigo, que não representa nada de valioso para os trabalhos que são entregues a empreza, pôde, contudo, dar lugar a abusos que se commettam em empresas d'esta ordem e n'estes casos. Taes concessões são muito naturaes e rasoveis em relação ás emprezas de caminhos de ferro; porém são improprias, absolutamente improprias, para os contratos de estradas ordinarias em que ha muito pouco material que seja preciso vir de fóra, e quando de mais a mais, esta empreza não é uma empreza exploradora, que não tem de mandar fazer diligencias, carruagens, etc. esta empreza tem só que fazer as estradas que contrahou, e depois d'ellas feitas entrega-las ao governo e ir-se embora.

Quanto ao artigo 26.º, espera, pelas razões que expoz, que o governo não fará uso da autorisação que este artigo lhe concede. O ponto sobre que tem mais duvidas n'este contrato, é não ficarem bem definidos os traçados e as obras que se consideram valeres mais de réis 10.000.000. Isto podia e devia ser designado porque assim se marcava a despesa definitiva que teriamos a fazer em relação aos 693 kilometros de estradas.

Não ha nada mais facil que, por exemplo, dizer na estrada de Bragança a Villa Real, ficam exceptuadas as obras a fazer sobre o rio Pinhão, e em Guimarães sobre o rio Ave, obras estas que não podiam entrar nos 21.000.000 réis por kilometro marcados para as estradas de primeira classe, e 10.000.000 réis para as de segunda classe. A discussão que tem havido em contratos analogos, tem mostrado que toda a sorte de emenda, additamento ou substituição, que se offereça ao contrato, são por via de regra rejeitadas; não ha outro meio senão ou approvar ou rejeitar o contrato como é apresentado.

Se, por exemplo, no § unico do artigo 1.º fosse permitido introduzir a idea de que ficaria o cargo do governo as despesas das pontes sobre os rios navegaveis ou fluctuaveis, direcção de fluxo de mais de 50 metros quadrados, approva o contrato apesar de todos os outros graves inconvenientes que lhe encontra. Mas como esta emenda provavelmente nem o governo a admitte, nem a camara a approvaria, não se canga em a mandar para a mesa, e vê-se na necessidade de rejeitar o contrato, uma vez que o collocam n'esta posição.

Dirá o pouco que pôde dizer acerca da questão do concurso.

Parece-lhe que o illustre deputado que encetou o debate, collocou a questão n'uma tal lucidez e com tanta clareza, que os mesmos menos entendidos nas cousas juridicas ficaram percebendo que quarenta dias são quarenta dias, não pôde ser menos de quarenta dias (riso).

O dia tem certo numero de horas, quarenta vezes esse certo numero de horas dá o praso marcado no decreto que mandou abrir o concurso.

O argumento apresentado pelo precedente orador, de que o praso acabava ás dez horas do dia 27, é exacto, convence; mas se é exacto que os quarenta dias terminaram ás dez horas do dia 27, também é exacto que não podiam deixar de terminar no dia 27 (apoiados).

Deve dizer com toda a lealdade, que lhe parece extremo rigor de por algumas horas, pois que os requerimentos de certos concorrentes foram apresentados ás quatro horas da tarde, e não ás dez da manhã, diz, parece-lhe extremo rigor de, por algumas horas, fechar as portas aos concorrentes.

Se se admite o concurso, é necessario que seja franco e amplo para todos. Percebe que n'um contrato feito ás portas fechadas, em que um ministro tem a coragem de se metter no seu gabinete, e de escolher o emprezario, e em que toda a responsabilidade recae sobre o ministro, sejam excluidos todos os concorrentes; mas n'um contrato feito em concurso publico, não.

Nos concursos é necessario que as portas estejam abertas e muito abertas, e não meio abertas, a ponto de entalar o braço dos concorrentes que vêem alguns minutos depois (apoiados); isto parece-lhe inconveniente.

Haver uma certa tolerancia n'estas cousas não tem inconvenientes, porque se as propostas que vêem algumas horas depois são menos vantajosas que as que existiam, rejeitavam-se, mas se eram mais vantajosas admitiam-se. Este é o caso sujeito; a proposta que veio algumas horas depois é mais vantajosa, porque representa uma despesa menor de 200.000 réis em cada kilometro de estrada.

O sr. Mello Soares:—essa offerta veio trinta e dois dias depois.

O orador:—ainda que seja trinta e dois dias depois é uma economia de 200.000 réis em cada kilometro, que a final representa a economia de réis 142.000.000 (apoiados). E portanto é preciso ver se depois da turtura em que se vai por os contribuintes pedindo-lhes mais impostos, se se está no caso de se atar a rua com 140.000.000 réis (apoiados). Esta é a questão, o mais é uma questão de etiqueta e formalidades (apoiados).

Observa que o sr. ministro, alem de não ter adoptado um praso para o concurso que desse lugar a que no estrangeiro se podessem entender as pessoas que quizessem entrar n'estas empresas, diminuiu o praso que está estabelecido na lei de 20 de julho de 1850, que está em vigor, que marca o praso do noventa dias para os concursos respectivos a obras de mais de cinco leguas de estradas. Nota que a haver tolerancia da parte do sr. ministro, devia ser para ampliar e não para restringir os prazos dos concursos.

Como tem dado a hora termina aqui as suas observações, apesar de ter ainda algumas outras que apresentará.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, e na ultima hora, se houver tempo, a interpeção que os srs. Henriques Secco, e Monteiro Castello Branco pretendem dirigir ao sr. ministro das obras, e levanta a sessão.

—Eram quatro horas da tarde.

RECTIFICAÇÃO

Na primeira proposta do sr. Henriques Secco a pag. 517 do *Diário* n.º 113, deve ler-se—por não ter qualquer predio o rendimento, que, etc.

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes na sessão de 18 de maio á chamada meia hora depois do meio dia

Cancellia, Moraes Carvalho, Balduino, Braamcamp, Alves Martins, Lacerda (Antonio), Azevedo e Cunha, Eleuterio, Antonio Feio, Gouveia Osorio, Henriques Secco, Couto Monteiro, Fonseca Osorio, Roballo de Azevedo, Sampaio, da Fonseca, Aristides, Palmeirim, Xavier da Silva, barão das Lagoas, Bartholomeu dos Martyres, Freitas Soares, Carlos Bento, Ferrer, Cyrillo Machado, Pereira da Cruz, Teixeira da Motta, Faustino da Gama, Mousinho, Pereira Brandão, Frederico de Mello, Barroso, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Gavião, Pinto Tavares, Soares Franco, Gaspar Pereira, Gaspar Teixeira, Hermenegildo Blanc, Palma, Gomes de Castro, Martens Ferrão, Mello e Minas, João José de Azevedo, Mello Soares, Rebelo Cabral, Castro Portugal, Sousa Machado, Calça e Pina, Mamede, Neutel, Faria Guimarães, Silva Cabral, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Chrispiano da Fonseca, Alarcão, José Maria da Costa e Silva, Frazão, Rojão, Mello Gouveia, Sousa Telles, Luiz Albano, Camara Leme, Freitas Branco, Mendes de Vasconcellos, Luiz Pinto Tavares, Affonseca, Seixas Penetra, Azevedo Pinto, Mariano Feio, Monteiro Castello Branco, Jacome Correia, Placido, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Pinto da França, Simão de Almeida, Thiago Horta, Ferrer, e visconde de Pindella.

NOTÍCIAS DO REINO

CONTINENTE

Figueira:—Depois dos grandes melhoramentos que se fizeram na barra d'esta cidade, diz uma folha da provincia, já ella deu acesso a um vapor. No dia 8 pelas quatro horas e meia da tarde entrou ali o vapor *Vasco da Gama*, de 115 toneladas. O vapor vinha de Lisboa em 12 horas, e logo que a maré acabou de encher demandou a barra e entrou sem difficuldade. É isto mais uma prova do bom estado em que se acha a nova barra. O vapor veio receber um carregamento de laranja para Inglaterra.

Porto:—Os engenheiros do caminho de ferro do norte, diz o *Commercio do Porto*, depois de fazerem estudo do lado do norte (no sitio das Fontainhas), andaram hontem do lado do sul, no sitio da Serra do Pilar, fazendo estudos para a ponte que deve construir-se sobre o Douro para o caminho de ferro.

—Em todo o mez de abril findo, conforme dizem as folhas portuezas, o numero de carros que entraram as barreiras da cidade e que nella transitaram fazendo carretos successivos foi de 9.071. N'este mesmo mez carregaram estrumes para fóra de barreiras 1.605 carros.

—Falleceu no dia 14 do corrente ás duas horas da tarde, escreve o *Commercio do Porto*, o sr. conselheiro Arnaldo Vanzeller, um dos mais antigos e mais respeitaveis commerciantes d'esta praça, que honrosamente associara o seu nome aos principaes estabelecimentos d'ella.

«Como commerciante, como cidadão e como homem, soube sempre merecer a estimação publica, pela sua vida exemplar, e captivar com o seu caracter benevolente e sem mancha geraes sympathias.

«Foi membro da commissão municipal do Porto durante o cerco d'esta cidade.

«Foi socio installador e primeiro presidente da associação commercial e do banco commercial; um dos installadores e primeiros directores da companhia de seguros *segurança*, etc.

«Foi uma perda sensivel para a cidade e praça do Porto. A bandeira da associação commercial com o signal de luto manifesta o sentimento da classe de que o finado era distincto e respeitavel membro. Dá-se hoje á sepultura, ás ave marias, no cemiterio de Cedofeita.»

—No dia 12 de tarde, diz ainda o mesmo jornal, appareceu na praça da Paixão o cadaver do mogo do hiate *Oriente*, que ha cousa de tres semanas tinha caído ao rio, na occasião em que do bote subia para bordo. Tinha um grande ferimento na cabeça, que se suppõe fóra produzido por algum ferro em que batera na occasião da queda, e que o atordoad, e foi causa da morte, porque o infeliz sabia nadar.

Chamava-se Domingos Estella, natural de Fão, e tinha 21 annos.

Vianna do Castello:—A *Aurora do Lima* publica as seguintes noticias do estado do tempo e das colleitas n'aquelle districto:

«Tem estado chuvoso o tempo, e continua ainda a atmosfera carregada. A chuva tem sido muito proveitosa para as searas de centeo, trigo e milho, que promettem grande produção.

«A vinha está muito vigorosa, nasceram muitos cachos, e não ha por em quanto senão leves indícios do *oidium*.»

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 15 do corrente, e de Paris até 12.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*: Londres, 13 de maio.—O *Observer* pede a applicação da lei contra os alistamentos que se fazem na Irlanda, para o serviço do papa.

M. de Ludoff, o novo embaixador de Napoles, foi recebido pela rainha.

Marselha, 13.—Em Napoles desmente-se o protesto dos consules de Messina. Foi uma machinação dos revolucionarios.

Paris, 13.—Reuniu-se em Turim a commissão da camara, para emitir o seu parecer relativamente á concessão de Niza e da Saboya.

Dizem as correspondencias de Berlin que na proxima inauguração do caminho de ferro de Trèves a Sarrebruch, onde se juntarão as linhas franceza e prussiana, o imperador Napoleão terá uma entrevista com o principe regente da Prussia.

Turim, 15.—Garibaldi desembarcou em Marsala. Apenas a força armada que ia a bordo poz pé em terra, chegaram os navios napolitanos, e metteram a pique o vapor da expedição.

Palermo, 13.—Hontem houve grande agitação. Á saída de uma igreja ouviram-se gritos de viva a Immaculada Conceição! Viva a liberdade! Viva a Italia! A noite reuniu-se muita gente, e como a policia não pôde dispersar a multidão, dispararam-se alguns tiros e foram presas muitas pessoas.

Desembarcaram os exercitos do Levante.

FRANÇA

A fragata a vapor *Descartes* chegou no dia 11 do corrente a Toulon, vindo de Genova, e tendo a

bordo material e tropas pertencentes ao corpo francez de occupação na Lombardia. Quando esta fragata partiu de Genova, achavam-se n'este porto seis transportes a vapor mettendo tropas que regressam a França. Em consequencia das ultimas ordens transmitidas de Paris activam-se todos os promotores relativos á evacuação que terminará sem falta no fim de maio corrente.

PIEMONTE

Temos á vista uma correspondencia de Milão que dá alguns promotores interessantes relativos á expedição de Garibaldi. A companhia Kubattino que, sem o saber, ainda ha dois annos forneceu um navio para uma expedição analoga, empreendida contra o reino de Napoles, d'esta vez também prestou dois navios, o *Cavour* e o *Piemonte*; porém a precedente sociedade tratou logo de protestar contra o emprego que se ia fazer dos seus vapores, a fim de poder reclamar a restituição d'elles se a expedição for mal succedida.

A mesma correspondencia transcreve uma carta, ou, para melhor dizer, uma proclamação em fórma de carta, dirigida por Garibaldi ao deputado Bertani, para que toda a Italia coadjuve a Sicilia e termine a obra da sua emancipação. Garibaldi diz n'esta carta que não aconselha a insurreição siciliana; porém uma vez que ella começou cumpre-lhe coadjuva-la.

O ministro de Napoles em Turim, mr. Canofari, protestou contra a expedição de Garibaldi, e o proprio facto d'este protesto, dirigido ao governo piemontez, parece indicar que mr. Canofari pretende tornar, até certo ponto, este governo responsavel pelos acontecimentos que se preparam. (*La Presse*.)

HANOVER

Na camara dos deputados d'este paiz, em sessão de 8 do corrente, mr. Bonies, ministro do reino, foi convidado a dar algumas explicações sobre certas palavras que elle ultimamente pronunciou, e que pareciam ter causado a maior surpresa em toda a Allemanha. Queixando-se do enfraquecimento da liga federal e do descredito em que se pretendia envolver a dieta, o ministro hanoveriano disse que um tal procedimento expunha a Allemanha á influencia das potencias estrangeiras, provocando a intervenção d'estas ultimas. Esta insinuação deu lugar a que se suspeitasse que havia já uma combinação entre o Hanover e a França, e a resurreição da celebre confederação do Reno pareceu um facto ultimado a mais de um patriota allemão. Mr. Bonies e o Hanover são geralmente accusados de traição para com a Allemanha, e o *Correspondente de Nuremberg* declara que não encontra palavras com que possa exprimir o horror que similhante proceder lhe inspira. Em vista d'isto, mr. Bonies apressou-se a declarar que sentia o maior desgosto pela má interpretação que se dera ás suas palavras. Elle quiz unicamente indicar o perigo que fazem correr á Allemanha as suas discórdias interiores; não existe alliança particular entre o Hanover e qualquer potencia estrangeira, porém não se pôde negar que a intervenção estrangeira será a consequencia inevitavel de uma desorganisação geral.

Em todo o caso nenhum governo allemão pôde infundir suspeitas de ter pensamento de ceder a qualquer potencia estrangeira a menor porção de territorio da Allemanha. Tal é, em resumo, o sentido das importantes declarações do ministro hanoveriano. (*La Presse*.)

RUSSIA

A *Independence Belge* publica um despacho telegraphico de Marselha, com a noticia de que um exercito russo de 45.000 homens se concentrou no Pruth; e que o governo turco tratou immediatamente de reunir 30.000 homens em Widdin. Estas importantes noticias têm causado muita preocupação, porém não merecem inteiro credito. Temos á vista uma correspondencia de Constantinopla, datada de 2 do corrente, que falla effectivamente da reunião de um exercito turco em Pristina, mas que não menciona por fórma alguma o boato da reunião de um exercito russo nas margens do Pruth. Difficilmente se concilia um passo d'esta ordem com a idea que hoje se faz da situação da Russia, e da politica do seu governo. (*La Presse*.)

NOTÍCIAS CIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

do
INFANTE D. LUIZ
NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m. 756,33	17,9	80,1	OSO.
3 t. 754,54	17,4	83,6	OSO.

DIA 16.

Maxima—temperatura.....	21,4 C.
Minima.....	12,2 C.
Ozone (de dia).....	4,5
Ozone (de noite).....	4,5
Chuva (udometro).....	0,0 mil.
Evaporação (vaporimetro).....	6,6
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 85,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m. 748,24	16,7	69,3	NO.
3 t. 749,48	17,1	58,9	ONO.

DIA 17.

Maxima—temperatura.....	19,0 C.
Minima.....	12,6 C.
Ozone (de dia).....	5,0
Ozone (de noite).....	7,5
Chuva (udometro).....	0,7 mil.
Evaporação (vaporimetro).....	5,6
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 85,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTÍCIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA
Dia 17 de maio
EMBARCAÇÕES SAIDAS
Tagus, paquete inglez a vapor, capitão W. B. Hall, para a barra do Porto, Vigo, e Southampton, com fazendas e fructa; 56 pessoas de tripulação, e 61 passageiros.

Libania e Adelaide, hiate portuguez, mestre J. C. Freire, para a Figueira com arroz, carvão, e assucar; 8 pessoas de tripulação, e 3 passageiros, que são: João Bernardo dos Santos Coimbra com 1 filho, negociante; Ambrozio José Maria Duarte, marítimo; portuguezes.

Senhora do Carmo, hiate portuguez, mestre A. Rodrigues, para Villa Nova de Portimão, com milho, taboado e mais generos; 8 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é Patricio Dias, menor, portuguez.

Petrobeys, vapor inglez, capitão Davidson, para Londres, com trigo e mais generos; 29 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é J. Tuffy, negociante, inglez.

Josephina, brigue portuguez, capitão J. L. Pontes, para Londres, com vinho, batata e mais generos; 12 pessoas de tripulação.

N'este dia não entrou embarcação alguma.

DIA 18

EMBARCAÇÕES ENTRADAS
Feliz Pensamento, hiate portuguez, mestre A. J. Felix, de Setubal em 2 dias, com madeira; 6 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 11 horas da noite.

União, hiate portuguez, metre J. M. Coelho, da ilha Terceira em 7 dias, com milho e trigo, a diversos; 10 pessoas de tripulação, 1 mala e 2 passageiros, que são: Joaquim José Ferreira, José Silveira, marítimos; portuguezes.

Lisboa, paquete portuguez a vapor, capitão F. A. Contente, do Porto em 20 horas, com fazendas, a G. A. Hancock & C.ª; 25 pessoas de tripulação, 1 mala e 144 passageiros.

S. João Baptista, cabique portuguez, mestre J. Mendes, de Olhão em 3 dias, com peixe salgado; 13 pessoas de tripulação.

N'este dia não saiu embarcação alguma.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 18 de maio de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL
EM 17 DE MAIO DE 1860

Serviço das barras
Da foz do Douro, do dia 16
Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Vapor de guerra portuguez *Lynce*, a cruzar; barca *Paraense*, para o Pará; brigue *Duque do Porto*, para o Rio de Janeiro; hiates, *Conceição* e *Dourado*; ambos para Setubal; *Santa Cruz de Fão*, para o Havre de Grace; *Rio Douro*, e rascas, *Santa Maria*; ambos para a Figueira; *Conceição de Aveiro*, para Aveiro.

Fôra da barra fica o vapor de guerra *Lynce*.

O mar está bom.—O vento esteve E. regular, agora O. brando.

De Villa do Conde, dos dias 14 e 15
Não entrou nem saiu embarcação alguma.
Mar agitado.—Vento SO.

De Caminha, do dia 16
Entrou o hiate *Mensageiro*, vindo de Vianna do Castello.
O mar um pouco agitado.

De Vianna do Castello, do dia 15
Não entrou embarcação alguma.

Do dia 16
Entrou o hiate *Bom Jesus* e *Almas*, de Cardiff, com ferro.

Saíu o hiate *Mensageiro*, para Caminha, com ferro e lastro.

Em Espozende não entrou nem saiu embarcação alguma nos dias 12, 13 e 14.

Da Figueira, do dia 16
Não entrou embarcação alguma.

Saíu o vapor inglez *Vasco da Gama*, para Liverpool, com fructa.

Mar bom.—Vento NO. regular.

De Aveiro, do dia 16
Entrou a badeira portuguez *Sant'Anna*, procedente da Povoia em 3 dias, em lastro.

Vento NO.

Da Ericeira, do dia 16
Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar regular.—Vento NO.

De Setubal, do dia 16
Entradas—Portuguezas, badeiras *Conceição de Maria*, de Lisboa, com madeira; *Flor dos Santos*, de Lisboa, com varios generos; hiate *Cruz 3.ª*, de Lisboa, em lastro; canoa *Vencedora*, de Lisboa, com varios generos; barca russiana *Pallas*, de Lisboa, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

Vento NO.

De Faro, do dia 16
Entradas—Portuguezas, hiate *Oliveira*, de Lisboa, com trigo e milho; vapor de guerra *Argus*, do cruzeiro.

Saída—Portuguezas, chalupa *D. Barboza*, para Lisboa, em lastro.

Bom tempo.—Vento NNO.

De Tavira, do dia 16
Entrou o bote portuguez *Senhora da Encarnação*, de Villa Real de Santo Antonio em 1 dia, com milho.

Saíu o cabique portuguez *Bom Fim*, para Gibraltar, com varios generos.

Bom tempo.—Vento N. de manhã, agora OSO. regular.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 16
Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Bom tempo.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 17 de maio de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)
Bolsa de Madrid, em 18 de maio—3 por cento consolidado a 46,80.

Bolsa de Paris, em 18 de maio—3 por cento francez a 68,85—4 1/2 dito a 95,10.

Bolsa de Londres, em 18 de maio—Consolidados de 94 5/8 a 94 3/4.

INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

Ill.º sr.—Participo a v.ª que a 19 do corrente mez, pelas duas horas e meia da noite, manifestou-se incendio no predio n.º 2, sito na rua de Belem. O fogo desenvolveu-se com tanta presteza, e a noite estava por tal fórma tempestuosa, que foi completamente impossivel salvar o predio, e a muito custo conseguiu-se que se não estendesse o sinistro aos edificios contiguos. O ajudante da cordoaria, um official de marinha, que supponho ser major do batalhão naval, alguns officiaes e soldados dos regimentos aquarelados em Belem, alguns empregados da casa-pia e da camara municipal d'aquelle concelho, fizeram serviços dignos de todo o louvor.

Deus guardo a v.ª Lisboa, 18 de maio de 1860.—Ill.º sr. vereador do pelouro dos incendios. —O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, Joaquim Julio Pereira de Carvalho.

ANNUNCIOS

1 PELO JUIZO DE DIREITO E ORPHÃO da 3.ª VARA, escrivão publico, se ha de proceder no dia 22 do corrente, ás dez horas da manhã, na travessa nova do Carmo, n.º 6, 1.ª andar, freguezia do Sacramento, á arrematação de peças de prata, ouro e joias, moveis, roupas, louças, vidros, e outros objectos, pertencentes ao casal da fallecida ex.ª condessa de Lumiares, D. Constança.

2 NO DIA 30 DO CORRENTE, ao meio dia, no tribunal da Boa Hora, pelo juiz da 3.ª vara, escrivão Monteiro, se ha de proceder ao arrendamento em praça da casa nobre, quinta, e mais officinas, sitas na estrada de Benfica, proximo ao charafiz, n.º 94, pertencentes ao casal da fallecida D. Maria Joanna Baldava.

3 PELO JUIZO DA 4.ª VARA, escrivão Paes Gago, correm editos, a requerimento do conselheiro José Correia Godinho da Costa, a fim de fazer publico que ninguém contrate cousa alguma com o ill.º José Gomes Ferreira, por este se achar julgado prodigo; e isto com a pena da lei.

4 PELO JUIZO DA 4.ª VARA, escrivão Jacome, e a requerimento de José Maria de Jesus Statimiller de Saldanha e Albuquerque Mattos Coutinho e Noronha, correm editos de trinta dias, citando os credores incertos e mais interessados ao casal do fallecido ex.ª conde da Ega, para no referido praso deduzirem seus direitos no inventario, pena de lançamento e revelia.

5 PELO JUIZO DA 5.ª VARA, escrivão Lobão, se procede a inventario dos bens que ficaram